

DELEUZE, ÉTICA E IMANÊNCIA

Charles Irapuan Ferreira Borges

Orientador: Prof. Dr. Nythamar Hilario Fernandes de Oliveira Junior (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2013

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4747

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os principais elementos conceituais constitutivos da ética imanente de Gilles Deleuze. Por ética imanente entende-se uma teoria moral derivada da ontologia pós-crítica que postula a não aderência a qualquer princípio transcendente para a formação de regras ou normas morais. Pelo contrário, a ética imanente busca na origem genética da própria razão os fundamentos da racionalidade prática e da ação.

Palavras-chave: Ética Imanente. Ontologia pós-crítica. Materialismo. Gilles Deleuze.

| | | | | | |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|
| <i>intuitio</i> | ISSN 1983-4012 | Porto Alegre | Vol.6 – Nº.1 | Junho 2013 | p.276-285 |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|

SOBRE ALGUNOS TRAZOS Y TRANCES DEL POEMA EN EL PENSAMIENTO DE LA ALTERIDAD: LEVINAS, CELAN Y DERRIDA

Honatan Fajardo Cabrera

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2013

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4694

RESUMEN

Según Paul Celan el poema está de camino quizás al otro totalmente otro, experiência imposible en la exposición a las alteridades que imanta las lecturas de Emmanuel Levinas en *Paul Celan De l'être à l'autre* (1972) y de Jacques Derrida em *Schibboleth pour Paul Celan* (1986) y *Béliers le dialogue ininterrompu: entre deux infinis, le poème* (2003). Sin ignorar las rupturas, la distancia, la pasión de verdad indesligable del secreto sin secreto, el cortante quiasma que solicita portar sin reposo, a la vez que dejarse portar por el otro, a la vera del fin y del otro lado del mundo, en el interminable giro de aliento dictado, hiperbolizado, virado, contrafirmado en la antecendencia de cualquier otro totalmente otro, el peregrinaje del poema, irreductible a la autosuficiencia soberbia de lo bello, a la autotelia, aventura en la inaprensible errancia meridional de las cenizas a la abertura irremediable del pensamiento a lo que arriba, en memoria de lo que in-finitamente nutre el por venir aquí y ahora.

Palabras-clave: Poema, alteridad, pensamiento, apretón de manos.

| | | | | | |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|
| <i>intuitio</i> | ISSN 1983-4012 | Porto Alegre | Vol.6 – Nº.1 | Junho 2013 | p.276-285 |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|

PARA A CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE PELAS VIAS DA INTEGRAÇÃO: NORMATIVISMO PARA UMA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL SUSTENTÁVEL

Magnus Dagios

Orientador: Prof. Dr. Agemir Bavaresco (PUCRS)

Grau: Doutorado

Data da defesa: 2013

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4627

RESUMO

As últimas décadas do séc. XX e o começo do séc. XXI estabelecem o limiar para uma mudança de cenário nas relações internacionais, com os sinais indicativos de uma ordem mais multilateral; com a disseminação das normas internacionais, seja em relação ao comércio, como em relação ao direito; novos países são criados e admitidos nas organizações interestatais, assim como a há diminuição dos riscos de uma guerra termonuclear entre as potências globais. Contudo, em meio às evidências de um multilateralismo, a persistência de velhos problemas e o surgimento de novos desafios continuam a impor resistência para uma arena internacional mais estável e pacífica. Com isso, tenta-se demonstrar que a concepção da teoria da cooperação neoliberal, com os seus pressupostos e a sua ontologia, determina a formação de um equilíbrio que apresenta propensão a conduzir para um modelo de eficiência muito pouco estável. Assim sendo, defende-se a hipótese de que com o modelo apresentado e a sua ontologia não objetivam a resolução dos desequilíbrios internacionais e, por isso, possuem entre, as suas conseqüências, a manutenção das assimetrias e desigualdades entre países e regiões. Um modelo de cooperação internacional que tem a estabilidade como constitutivo deveria considerar a resolução desses persistentes desequilíbrios. Uma cooperação internacional que mantenha os velhos problemas de dependência econômica e política terá grandes dificuldades de estabelecer as condições para o enfrentamento dos novos desafios advindos do processo de globalização, que necessitam de uma ampla participação multilateral. Os métodos hierárquicos da política mostram-se insuficientes nestas circunstâncias. Por isso, com base na ontologia da escola construtivista das relações internacionais e da escola da sociedade internacional, propõem-se algumas medidas que podem fornecer um caminho para a construção de processos cooperativos mais coerentes e eficazes. Destarte, intenta-se um diverso modelo de equilíbrio, com a proposta de um solidarismo dentro de um processo de integração regional e internacional, para a estruturação de uma ordem global mais legítima.

Palavras-chave: Teorias das relações internacionais; Legitimidade; Teorias da justiça internacional; Teorias da integração; Economia política internacional.

| | | | | | |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|
| <i>intuitio</i> | ISSN 1983-4012 | Porto Alegre | Vol.6 – Nº.1 | Junho 2013 | p.276-285 |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|

JUSTIFICAÇÃO FUNDACIONAL: A EXPLICAÇÃO NEOCLÁSSICA

Kátia Martins Etcheverry

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida (PUCRS)

Grau: Doutorado

Data da defesa: 2013

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4750

RESUMO

O presente ensaio tem por objeto a explicação neoclássica de justificação fundacional. Conforme o fundacionalismo internalista, em epistemologia, as crenças sobre o mundo à nossa volta só podem ser racionalmente justificadas se a cadeia constituída pelas relações inferenciais de justificação terminar em crenças que são justificadas de modo não inferencial, e se o sujeito estiver consciente das características justificadoras presentes nas experiências sensoriais, que são as candidatas mais plausíveis para dar término ao regresso da justificação. Não há consenso entre os fundacionalistas quanto ao tipo de justificação que as crenças básicas devem ostentar, para o fundacionalista neoclássico apenas uma fundação que seja certa pode fornecer base adequada para o conhecimento empírico. A defesa dessa concepção requer uma explicação de justificação internalista que possa enfrentar tanto o dilema de Sellars quanto o dilema de Bergmann, mostrando que crenças fundacionais podem ser não inferencial e infalivelmente justificadas e satisfazer as condições do internalismo. Neste ensaio consideramos detalhadamente as teorias da justificação fundacional mais representativas do internalismo infalibilista, a fim de apresentar nossa tese de que elas compartilham uma base comum e podem enfrentar de maneira conjunta os desafios colocados às suas concepções.

Palavras-chave: Internalismo. Fundacionalismo. Fundacionalismo Neoclássico. Crenças fundacionais. Justificação não inferencial.

| | | | | | |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|
| <i>intuitio</i> | ISSN 1983-4012 | Porto Alegre | Vol.6 – Nº.1 | Junho 2013 | p.276-285 |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|

A UTOPIA EM ERNST BLOCH – ANTINOMIA TÉCNICA COMO TENSÃO NA ESPERANÇA (“*DOCTA SPES*”)

Nelson Costa Fossatti

Orientador: Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2013

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4801

RESUMO

A ontologia de Bloch propõe vários níveis na categoria da possibilidade, entre elas, uma possibilidade subjetiva, que pressupõe a capacidade de o ser humano em realizar sonhos diurnos e construir suas utopias, fato gerador de uma racionalidade instrumental, determinando o domínio do homem na natureza. Outro nível de possibilidade identifica, no movimento da *natura naturans*, “natureza que produz natureza”, certa imposição ao ser humano, determinando o domínio da matéria sobre o homem e consequente degeneração da matéria nesta relação. Esta dissertação, portanto, objetiva apresentar a solução blochiana para este confronto. De acordo com Bloch, a “dialética do possível” se realiza através da convivência orgânica entre as tendências do ser humano e as latências da matéria. O estudo reflete esta possibilidade e verifica que o processo de instrumentalização do mundo revela a “dialética do possível” que pode ser solução incompreendida diante dos impactos decorrentes da dinâmica da matéria e da atividade humana, causando, por conseguinte, significativa tensão na *docta spes*, esperança esclarecida. Procura-se, então, demonstrar que os reflexos desse confronto são apropriados por dois movimentos: o primeiro decorre da instrumentalização do homem, já denunciado pela Escola de Frankfurt e não compreendido pelo homem no século XXI; o segundo tem como causa a evolução natural da ciência, colocando em curso tecnologias capazes de edificar uma nova singularidade no mundo. Neste sentido, o estudo sugere repensar a solução de organicidade, homem-matéria, anunciada por Bloch, introduzindo como pressuposto o elemento ético nesta relação.

Palavras-chave: Utopia Técnica em Ernst Bloch. Natureza e Técnica. Utopia da Esperança. Ontologia da Possibilidade. Genealogia das Utopias Técnicas.

| | | | | | |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|
| <i>intuitio</i> | ISSN 1983-4012 | Porto Alegre | Vol.6 – Nº.1 | Junho 2013 | p.276-285 |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|

O ESTATUTO TRANSCENDENTE DAS *PERFECTIONES SIMPLICITER* NA METAFÍSICA DE JOÃO DUNS SCOTUS

Thiago Soares Leite

Orientador: Prof. Dr. Roberto Rofmeister Pich (PUCRS)

Grau: Doutorado

Data da defesa: 2013

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4790

RESUMO

A presente tese de doutoramento tem por finalidade defender o estatuto transcendente das perfeições puras. A fim de confirmarmos nossa hipótese, o presente trabalho adota o seguinte percurso: na Introdução, apresentamos os principais elementos da metafísica pré-scotista que mais influenciaram o sistema do *Doctor Subtilis*. Três são os passos dados: a concepção de ciência e a de metafísica da substância apresentadas por Aristóteles; a discussão acerca do objeto de estudo da filosofia primeira ocorrida entre os árabes medievais, em especial, nas filosofias de Avicena e Averróis; os conceitos de ente e de ordem essencial em Henrique de Gand. De posse desses elementos, o capítulo primeiro contextualiza a concepção scotista de metafísica. Aborda-se os seguintes temas: o conceito e o objeto da metafísica de acordo com Duns Scotus; o conceito “ente” como primeiro objeto do intelecto humano; a univocidade do termo “ente”; o assim denominado “segundo começo da metafísica”. Visto ser o ente a primeira classe das noções transcendentais, a metafísica scotista se configura não apenas como ontologia, mas também como ciência dos transcendentais. Nesse sentido, torna-se necessário explicitar a noção de transcendente proposta por Duns Scotus, bem como abordar as demais classes de transcendentais, a saber: os atributos coextensíveis com o ente, os atributos disjuntivos e as perfeições puras. Levar a cabo essa tarefa constitui-se no objetivo de nosso segundo capítulo. Até onde se conhece, o *De primo principio* é o primeiro tratado absolutamente filosófico dedicado a provar a existência de Deus escrito por um filósofo latino medieval. Por conseguinte, essa é a obra de análise mais detida no cerne de nossa tese e que se constitui no terceiro capítulo do presente trabalho. Por fim, nosso quarto e último capítulo apresenta duas vias a favor do estatuto transcendente das perfeições puras.

Palavras-chave: Perfeições Puras. Metafísica. João Duns Scotus. *Transcendens*.

| | | | | | |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|
| <i>intuitio</i> | ISSN 1983-4012 | Porto Alegre | Vol.6 – Nº.1 | Junho 2013 | p.276-285 |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|

O CONCEITO DE CONTRADIÇÃO EM HEGEL E SEU DESDOBRAMENTO NA OBRA DE MARX

Carlos Roberto De Souza Robaina

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Luft (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2013

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4560

RESUMO

Neste trabalho trata-se da dialética em Hegel e em Marx, mais precisamente, do conceito de contradição, chave na dialética tanto hegeliana quanto marxiana. A partir de uma visão geral resumida da Ciência da Lógica de Hegel, aborda-se o conceito de contradição e o confronta-se com a lógica formal e o princípio da não contradição em Aristóteles. Mostra-se que Hegel se inspirou em Platão e Heráclito e desenvolveu, então, seu próprio método revolucionário de pensamento. Em seguida disserta-se sobre a utilização da dialética de Hegel na obra de Marx. Tendo como centro o conceito de contradição, mostra seu desdobramento na obra marxiana, em particular na sua utilização em *O capital* e na definição das classes sociais e da época revolucionária. Como conclusão, indica-se a possibilidade de se utilizar a crítica interna à obra de Hegel para uma crítica interna à obra de Marx, ao mesmo tempo em que se afirma a necessidade de que a crítica ao marxismo deve ser feita no interior mesmo do marxismo.

Palavras-chave: Hegel-Marx. Método. Contradição.

| | | | | | |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|
| <i>intuitio</i> | ISSN 1983-4012 | Porto Alegre | Vol.6 – Nº.1 | Junho 2013 | p.276-285 |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|

CONTRA O PURISMO EPISTÊMICO: A INFILTRAÇÃO PRAGMÁTICA DE JEREMY FANTL E MATTHEW McGRATH

José Leonardo Annunziato Ruivo

Orientador: Prof. Dr. Felipe de Matos Müller (PUCRS)

Grau: Mestrado

Data da defesa: 2013

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4781

RESUMO

Recentemente alguns autores têm defendido uma tendência da epistemologia chamada Infiltração Pragmática. Tais autores se propõem a negar a tese do purismo epistêmico, a saber: dois sujeitos possuem idêntica força de sua posição epistêmica se estão na mesma posição de saber que p - cujo fator determinante para determinar a força da posição epistêmica são as dimensões relevantes para a verdade de p . Para negar tal tese os infiltradores irão assumir: (i) para conhecer p deve-se satisfazer uma condição pragmática ou para satisfazer uma condição pragmática deve-se conhecer p ; e, (ii) o conhecimento varia de acordo com fatores pragmáticos. Nessa dissertação pretende-se discutir os argumentos que Jeremy Fantl e Matthew McGrath apresentam em defesa da infiltração, avaliando seus limites e potencialidades.

Palavras-chave: Infiltração Pragmática, Invariantismo, Justificação.

| | | | | | |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|
| <i>intuitio</i> | ISSN 1983-4012 | Porto Alegre | Vol.6 – Nº.1 | Junho 2013 | p.276-285 |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|

O COGNITIVISMO E NÃO COGNITIVISMO MORAL E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO JURÍDICO

Arthur Maria Ferreira Neto

Orientador: Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza (PUCRS)

Grau: Doutorado

Data da defesa: 2013

Instituição: PUCRS

URL: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4626

RESUMO

Toda tradição filosófica que se debruça sobre o problema referente ao critério que define a correta/adequada ou incorreta/inadequada ação humana assume e pressupõe uma noção de realidade moral (mesmo que seja essa representada de modo fragmentado ou, inclusive, como algo ilusório ou incapaz de ser conhecido pelos agentes humanos) que as pessoas almejam atingir ou representar quando promovem juízos de certo e errado com pretensão de inteligibilidade. Considerando a dimensão básica desse tipo de especulação acerca da ação humana, essa é a primeira grande divergência que surge quando se pretende estabelecer e compreender o ponto de partida que é adotado por uma ou outra tradição filosófica. Nesse contexto, o estudo e a classificação das diversas propostas metaéticas surgem como relevantes. Esta tese, portanto, possui a pretensão de, primeiramente, conceituar e classificar aquelas que, hoje, são definidas como as principais correntes metaéticas desenvolvidas na filosofia moral (pretendendo realizar, assim, uma espécie de cartografia das tradições éticas disponíveis), para, em um segundo momento, apontar possíveis influências que essas variadas tradições exercem na formação de alguma das mais destacadas e relevantes linhas de pensamento jurídico. Duas etapas divisórias são, comumente, realizadas para se esquematizar – agrupar e dividir – as mais variadas tradições metaéticas. A primeira divisão – mais ampla e genérica – diferencia as correntes cognitivistas das não cognitivistas, tendo em vista as respostas que são fornecidas por cada postura a perguntas éticas de primeira ordem, ou seja, fundantes da própria experiência moral, nas quais interessa saber, por exemplo, se é, de fato, possível falar-se em uma realidade moral, i.e., uma instância – criada ou real – em que juízos de certo e errado sobre a ação humana podem ser produzidos e comunicados com alguma inteligibilidade e objetividade. Uma segunda divisão relevante – que representa um desdobramento e uma especificação da primeira – apresenta tradições éticas mais específicas nos seus fundamentos, de modo que é comum contrastarem-se, a partir de um único parâmetro comparativo, as posturas niilistas, emotivistas, subjetivistas, relativistas, construtivistas e realistas. É com base nessa classificação de propostas metaéticas que se pretende identificar os elementos de influência que estão presentes em algumas das mais relevantes escolas de pensamento jurídico. Isso porque, sempre que se pretende esclarecer e justificar o fundamento último de determinada prática jurídica ou quando se pretende responder aquelas perguntas que são prévias à correta compreensão do fenômeno jurídico, está-se, invariavelmente, aplicando um ou outro esquema metaético à tese sendo desenvolvida na ciência do direito. Neste trabalho,

| | | | | | |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|
| <i>intuitio</i> | ISSN 1983-4012 | Porto Alegre | Vol.6 – Nº.1 | Junho 2013 | p.276-285 |
|-----------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|-----------|

portanto, serão submetidas à mencionada classificação de posturas metaéticas o empirismo jurídico (costumeiramente denominado de “*realismo*” jurídico), o positivismo jurídico, a visão contemporânea do *direito como integridade* e a tradição da lei natural (*Natural Law Theory*), sendo que será utilizado um autor representativo de cada escola de pensamento, não com a intenção de explorar os detalhes e as idiosincrasias das ideias particulares de cada jurista, mas com o propósito de ilustrar a matriz teórica que esse adota, o que facilitará a demonstração do tipo de influência metaética que cada um acaba recebendo e incorporando na explicação e justificação do fenômeno jurídico. Assim sendo, os filósofos do direito que serão aqui invocados como meros instrumentos de demonstração da tese mais ampla que aqui será defendida são Oliver Wendell HOLMES JR., Hans KELSEN, Ronald DWORKIN e John FINNIS.

Palavras-chave: Metaética – Tradições filosóficas – Cognitivismo moral – Não Cognitivismo moral – Formação do pensamento jurídico – Pressupostos metaéticos.